jornalodebate@jornalodebate.com.br
redacao@jornalodebate.com.br

O Debate do Maranhão

40 anos
Um jornal que tem história.
Novo Email: redacao@jornalodebate.com.br

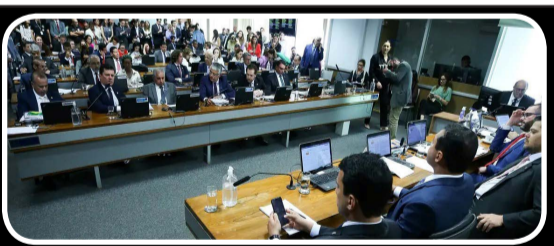
Ano 40 - Edição 13.048 | 25/4/2024 - Quinta - Feira - São Luís - MA | R$ 2,00

AGU recorre ao STF para derrubar desoneração de setores e municípios

Estimativa de perda de arrecadação é de R$ 10 bilhões por ano.

Pag. 2

Senado aprova ampliação de cotas raciais para concursos

Pag. 3

Solar Coca-Cola lança nova edição do programa de estágio "Decola"; veja como participar

Pag. 2

Governo do Maranhão oportuniza novos negócios para micro e pequenas empresas maranhenses

Pag. 7

Governo do Maranhão inaugura Centro de Ensino de Educação Especial para crianças e adolescentes com autismo

Pag. 6

Margareth Menezes: "A ideia é a gente colocar, cada vez mais, a cultura como ferramenta real de transformação"

Pag. 8

LOTERIAS	COTAÇÕES	TEMPO	MARÉS
01 03 04 05 06 07 11 12 13 16 17 18 19 21 23	Dólar - R$ 5,13 Dólar turismo - R$ 5,189 Euro - R$ 5,5077 Euro turismo - R$ 5,51	27°C	5:46 - 18:02 0:15 - 5,7 m 6:41 - 0,7 m 12:49 - 5,6 m

Solar Coca-Cola lança nova edição do programa de estágio "Decola"; veja como participar

A terceira edição do Decola, programa de estágio da Solar Coca-Cola está com tudo pronto para receber novos estagiários. O projeto anuncia 50 novas vagas para jovens em dez cidades de atuação da empresa. As inscrições iniciaram na terça-feira (23) através da plataforma Gupy e devem se estender até 24 de maio. São contempladas diversas áreas como Marketing, Finanças, Recursos Humanos, Engenharia, Produção, Manutenção, Controle de Qualidade, Logística, entre outras.

As vagas serão distribuídas em Manaus (AM), Belém (PA), Várzea Grande (MT), Natal (RN), Suape (PE), Salvador (BA), Maceió (AL), Maracanaú (CE) e São Luís (MA). O programa também tem um frente voltada para Tecnologia, com vagas prioritárias para mulheres e direcionadas para a sede corporativa da fabricante, em Fortaleza (CE), cerne da jornada de transformação digital da Solar.

"O Decola além de ser uma oportunidade especial de carreira, sobretudo para quem está começando, é a materialização de um propósito que fala sobre transformar realidades. Tivemos mais de 2.500 inscritos na última edição, o que demonstra a força da nossa marca empregadora. A responsabilidade é alta, mas acreditamos que estamos no caminho certo, com 75% de efetivação na primeira edição e mais de 50% na segunda que ainda segue em fase de conclusão. Acreditamos que o Decola possui um papel importante de oxigenação do ambiente interno, já que favorece a inovação através do desenvolvimento das pessoas", explica Hallyson Bezerra, gerente de Atração e Cultura da Solar Coca-Cola.

Quem participou do programa de estágio descreve o Decola como uma oportunidade única para alavancar a carreira. Ana Valentina que hoje ocupa o cargo de Analista de Orçamento e Desempenho na Solar passou pelo projeto e classifica o programa como fundamental para desenvolver habilidades profissionais e pessoais. "Vejo o programa Decola como um processo de lapidação, pois foi essencial para que eu me tornasse a profissional que sou hoje. Com certeza foi uma start na minha carreira, na área em que atuo e que decidi seguir. Além disso, também contribui para ganharmos prática no mundo corporativo, de maneira acolhedora, focado no desenvolvimento de profissionais eficientes e humanos", explica Ana Valentina.

Os interessados devem realizar a candidatura na plataforma Gupy, clicando em "Programa de Estágio Decola 2024": https://decolasolar.gupy.io/. É importante identificar o link que representa a localidade/cidade de atuação dos candidatos.

Pré-requisitos para decolar

Para participar do Decola é preciso ter matrícula ativa em uma instituição de ensino superior, além de ter concluído 50% do período integral do curso. Todos os cursos superiores, incluindo tecnólogo, estão qualificados para participarem do programa. Contudo, algumas áreas exigem qualificações específicas.

Em caso de dúvida se o curso é correlacionado ou não com as áreas do Decola, é necessário entrar em contato com a instituição de ensino e se informar sobre a elegibilidade do segmento nos critérios de estágio.

A idade mínima para participar do programa é de 18 anos, não havendo idade máxima de candidatos, desde que cumpram os demais requisitos do programa. Não é necessário experiência prévia para se inscrever no Decola.

É importante que o estagiário tenha disponibilidade para cumprir seis horas diárias. Os contratos possuem um ano de duração, podendo ser renovados por mais três meses, desde que o estagiário mantenha-se vinculado a uma instituição de ensino superior e tenha um bom desempenho na companhia.

Passo-a-passo para a decolagem

Para alavancar ainda mais as oportunidades de emprego e desenvolver os novos talentos, nesta edição, o Decola traz aperfeiçoamentos na jornada e na trilha de desenvolvimento do estagiário, impulsionando o preparo e disponibilidade para efetivação.

O processo seletivo será composto por cinco grandes etapas, entre online e presencial, que são eliminatórias (inscrições, testes online, vídeo de apresentação, dinâmicas de grupo e entrevista). Cada uma delas possui o objetivo de avaliar alguma habilidade ou comportamento necessário para a área escolhida. No momento da inscrição, além da escolha da localidade, os candidatos deverão selecionar duas áreas de interesse. Para alocação da área final, a Solar deverá avaliar as opções escolhidas, as vagas abertas, os perfis dos candidatos e o match com as áreas.

Caciques das 5 regiões afirmam que mudanças climáticas impactam campo

Culturas tradicionais tornam-se raras com estiagens e chuvas intensas.

Períodos longos de estiagem ou temporadas de chuvas intensas causam estranhamento em líderes indígenas nas cinco regiões do país. Mais do que surpresa, as mudanças climáticas impactam a produção no campo e afetam a qualidade de vida de comunidades inteiras, segundo caciques que estão presentes no Acampamento Terra Livre (ATL), em Brasília, nesta semana.

Ouvidos pela Agência Brasil, cinco caciques de diferentes partes do Brasil lamentam a destruição e a poluição dos recursos naturais e também as pressões dos não indígenas contra seus locais preservados.

Região Sudeste

O cacique Baiara Pataxó, de 64 anos, que vive em uma comunidade na cidade de Açucena, Minas Gerais, testemunha que, na última década, as plantações de mandioca, milho e feijão deixaram de render como antes. Os produtos são vendidos para comerciantes das cidades próximas e sustentam a comunidade formada por 80 pessoas.

Região Norte

A relação das mudanças climáticas com outras ações criminais também é presenciada pelo cacique Dario Kopenawa Yanomami, de 39 anos, que vive em Roraima.

"Estamos convivendo lá com a invasão dos mineradores e garimpeiros. Somos uma comunidade de 32 mil pessoas sofrendo com mudanças climáticas e, ao mesmo tempo, com a contaminação pelo mercúrio", lamenta.

O cacique verifica que as chuvas tiveram regime alterado e estão "bem diferentes" do que eram na adolescência e infância dele na região.

"Temos pedido nossas chuvas aos nossos xamãs [guias religiosos]. Mas é fato que a roça de taioba, a macaxeira e a banana não são como antes."

"Antes, as chuvas começavam em setembro. Nos últimos anos, só em dezembro. Claro que isso não é normal", diz Baiara Pataxó.

Além das mudanças climáticas, a comunidade em Minas Gerais foi impactada pelo crime ambiental de 25 de janeiro de 2019, quando a barragem da Mina Córrego do Feijão, da mineradora Vale, em Brumadinho, se rompeu. Além de causar a morte de 272 pessoas, os rejeitos poluíram os rios Doce e Corrente, na região. "Tudo isso tem sido terrível. Atualmente, estamos trabalhando na recomposição de 45 mil mudas de árvores nativas e frutíferas. Vinte indígenas estão trabalhando nessa tarefa", afirma.

Região Nordeste

O cacique Tchydjo Ue, de 76 anos, do povo Fulni-ô, vive em uma aldeia, na cidade de Pacatuba, em Sergipe, onde estão 86 famílias. Ele considera que hoje o cenário é completamente transformado em relação ao tempo da juventude.

"Estamos próximos do litoral (96 quilômetros), mas é muito mais quente do que antes. Os mais jovens têm sentido a dificuldade de trabalhar na roça e acabam desistindo", diz o cacique.

AGU recorre ao STF para derrubar desoneração de setores e municípios

A Advocacia-Geral da União (AGU) recorreu nesta quarta-feira (24) ao Supremo Tribunal Federal (STF) para derrubar a desoneração de impostos sobre a folha de pagamento de 17 setores da economia e de determinados municípios. A estimativa de perda de arrecadação é de R$ 10 bilhões anuais.

No entendimento da AGU, a desoneração foi prorrogada até 2027 pelo Congresso sem estabelecer o impacto financeiro da renúncia fiscal.

A petição foi assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo advogado-geral da União (AGU), Jorge Messias.

"O governo tem responsabilidade fiscal e precisa levar essa discussão, neste momento, ao Supremo Tribunal Federal. Sem a declaração de inconstitucionalidade destes dispositivos, nós colocaremos em risco as contas fiscais", declarou Messias.

A ação também contesta a decisão do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que invalidou o trecho da Medida Provisória (MP) 1.202/2023. A MP derrubou a desoneração previdenciária para pequenas e médias prefeituras.

Editada no final do ano passado pelo governo federal, a medida restabeleceu de 8% para 20% a alíquota das contribuições ao Instituto Nacional do Seguro Nacional (INSS) por parte dos municípios com até 156 mil habitantes.

A desoneração da folha de pagamento para 17 setores e municípios com até 156 mil habitantes foi aprovada pelo Congresso, no entanto, o projeto de lei foi vetado pelo presidente Lula. Em seguida, o Congresso derrubou o veto.

Ministério da Fazenda

Em entrevista no início desta tarde, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que qualquer desoneração a um setor deve ser vinculada a alguma medida de compensação para manter a arrecadação. Tanto a Lei de Responsabilidade Fiscal como a reforma da Previdência estabelecem essa obrigação.

"Vamos abrir uma discussão sobre o que é possível, não sobre aquilo que conflita com a reforma da Previdência, que tem uma cláusula fundamental que é a manutenção das receitas da Previdência para honrar os benefícios que o Estado tem que pagar", disse o ministro. Segundo ele, a reforma da Previdência proíbe a "corrosão da base de arrecadação da cota [contribuição] patronal".

Fundado em 24 de maio de 1983

Correspondências enviar para Rua das Pêgas, Q. 9, Casa 17, Jd. Renascença II - São Luís (MA) - CEP.: 65075330

Editora/Diretora Geral: **Fátima Ribeiro**
Editor do Site: **Flávia Bittencourt**
Diretor de Marketing: **Alípio Moraes**

E-mail: jornalodebate@jornalodebate.com.br
Site: www.jornalodebate.com.br
Whatsapp: (98) 98860 - 0388

Departamento Comercial: (98) 98146 - 5009
Observação
A redação se reserva ao direito de deixar de publicar matéria não solicitada

O Debate do Maranhão
jornalodebate.com.br Acesse. Compartilhe.
Política 3

Bate Rebate

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DISCUTE ARTICULAÇÃO DE TRABALHO CONJUNTO COM A OAB/MA

Integrantes da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias da Assembleia Legislativa reuniram-se, na manhã desta quarta-feira (24), com representantes da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA).

Durante a reunião, realizada na Sala das Comissões, houve a discussão sobre pautas relativas à defesa dos direitos humanos e de segmentos vulneráveis no Estado.

CARLOS LULA DEFENDE DIREITOS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DURANTE O GRITO DA TERRA 2024

"Nós precisamos de representatividade dentro da Assembleia Legislativa, pois muitas vezes nós somos mal vistos. Precisamos de deputados que tenham consideração e respeito pela nossa causa", disse a lavradora Osmânida Fernandes, do sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Vargem Grande.

PROFESSOR PAVÃO FILHO CRITICA POSTURA DE SECRETÁRIOS MUNICIPAIS

Se abstendo de citar nomes, o vereador Professor Pavão Filho (PSB) subiu à tribuna da Câmara Municipal de São Luís para criticar a postura de secretários municipais que, segundo ele, não têm respeito pelo Parlamento.

"Somos 31 vereadores eleitos democraticamente e que exercemos dentro dos nossos mandatos o nosso direito constitucional", falou o parlamentar na manhã desta terça-feira (23), lembrando que os vereadores devem ter acesso a qualquer órgão, sem anúncio, quando forem tratar de assuntos de interesse da sociedade.

DESEMBARGADOR PAULO VELTEN ASSUME A VICE-PRESIDÊNCIA E CORREGEDORIA ELEITORAL DO TRE/MA

Na segunda, 29 de abril, às 17h, toma posse como membro efetivo e como vice-presidente e corregedor regional eleitoral, o desembargador Paulo Sérgio Velten Pereira. A sessão solene de posse será realizada no plenário Ernani Santo, na sede do órgão (Avenida Senador Vitorino Freire, s/n – Areinha – São Luís), e será transmitida pelo canal do TRE-MA no Youtube.

O desembargador Paulo Velten assume na vaga do desembargador José Luiz Oliveira de Almeida, que completaria 2 anos como membro efetivo da Corte no dia 19 de maio de 2024, mas renunciou ao cargo para assumir a Corregedoria Geral de Justiça. Na oportunidade, o Conselho Tutelar da Medalha do Mérito Eleitoral do Maranhão concederá ao empossado a Comenda Ministro Arthur Quadros Collares Moreira.

Jader Filho, Brandão, Belezinha, Hildo Rocha e Aluísio Santos entregam casas dos Residenciais Renascer I e II, em Chapadinha

Um grande e emocionante ato público realizado nesta terça-feira, na cidade de Chapadinha, selou a concretização do sonho da casa própria para as 868 famílias que agora passam a morar em suas próprias casas. A entrega das unidades habitacionais dos Residenciais Renascer I e II foi a última etapa de um angustiante processo que demorou 11 anos para se materializar.

O ato, organizado pela prefeita Belezinha, contou com a presença do ministro das Cidades, Jader Filho; do governador Carlos Brandão; do assessor especial do Ministro das Cidades, Hildo Rocha; do deputado estadual Aluísio Santos; do presidente da Caixa Econômica, Carlos Vieira; do deputado federal Cleber Verde; do vice-prefeito Levi Pontes; do presidente da Câmara Municipal, vereador Tote e da vereadora Marinete, entre outras autoridades estaduais e municipais.

Final feliz para uma longa e angustiante espera

Em seu pronunciamento, Hildo Rocha fez um resumo dos principais fatos que ocasionaram a demora na conclusão das casas e destacou também o trabalho que ele realizou a fim de solucionar os problemas. De acordo com Hildo Rocha, no primeiro momento três fatores foram determinantes para que a obra se arrastasse por 11 anos:

1) Paralisações ocasionadas pela falta de capacidade técnica das construtoras escolhidas para construir os conjuntos habitacionais;
2) Questões jurídicas a serem solucionadas para encerramento dos contratos com as construtoras;
3) Falta de dotação orçamentária para a conclusão das casas e da infraestrutura do conjunto.

Passo inicial

Hildo Rocha destacou que o passo inicial para a solução dessas questões ocorreu por iniciativa da prefeita Belezinha. "Na época, eu exercia mandato de deputado federal e Belezinha tinha iniciado o seu mandato em 2021. Então, nós procuramos a diretoria de Habitação da Caixa e conversamos também com gestores do antigo MDR, que era o ministério responsável pela política habitacional do governo federal. Depois de muitas reuniões chegou-se ao entendimento de que era necessário fazer o destrato com as construtoras a fim de abrir condições para que a Caixa fizesse novo chamamento público para a conclusão das casas. Assim, parte das dificuldades estavam solucionadas. Mas, isso era apenas o começo, ainda tivemos que trabalhar insistentemente em outras frentes e assim o fizemos", sublinhou Hildo Rocha.

Passo final

O momento final da luta em prol da retomada da obra aconteceu quando se conquistou recursos orçamentários para a reajuste e conclusão das casas. "Ainda em 2022, logo após as eleições, o presidente Lula articulou a aprovação da PEC da transição que possibilitou mais 145 bilhões de reais em orçamento para o ano de 2023.

Senado aprova ampliação de cotas raciais para concursos

Proposta ainda passará por nova votação na comissão.

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou nesta quarta-feira (24), por 16 votos a 10, o projeto de lei (PL) que prorroga por dez anos a política de cotas raciais para concursos públicos e processos seletivos para a administração pública federal, direta e indireta, incluindo fundações públicas e autarquias.

Além disso, o texto aumenta dos atuais 20% para 30% o total das vagas reservadas para cotas raciais, incluindo ainda os grupos dos indígenas e quilombolas. Atualmente, as cotas raciais para concursos alcançam apenas a população negra, que inclui pretos e pardos. A lei de cotas para concursos, que é de 2014, vence dia 9 de junho deste ano.

O projeto deve passar por uma votação suplementar na CCJ do Senado, ainda sem data marcada. Como tem caráter terminativo, se novamente aprovado, o texto segue direto para Câmara dos Deputados, sem precisar passar pelo plenário do Senado. A exceção é se nove senadores apresentarem recursos contra a matéria, o que pode levar o tema ao plenário.

O relator do projeto, senador Humberto Costa (PT-PE), defendeu a necessidade de prorrogar a política de cotas raciais em concursos públicos argumentando que o racismo segue vivo na sociedade brasileira e mundial. Ele destacou ainda que, apesar de ter aumentado, a representação de negros na administração pública ainda é baixa.

"Um negro no serviço público, um negro no Ministério das Relações Exteriores é mais do que simplesmente um funcionário, é uma voz viva de que é possível se superar o racismo, a discriminação e promover um desenho do Brasil no serviço público que retrate o desenho do Brasil na realidade", argumentou.

Embora pretos e pardos somem 56% da população, eles compõem 40% da administração pública federal. Nas carreiras de nível superior, só há 27,5% de negros. Entre juízes, apenas 14,5%, segundo dados do Observatório do Pessoal do Governo Federal sistematizados pelo Coletivo Maria Firmina de Servidores(as) Públicos Negros(as).

O projeto foi criticado por senadores da oposição. O líder da oposição, senador Rogério Marinho (PL-RN), argumentou que as cotas deveriam ser apenas sociais, para pessoas de baixa renda. "Nós estamos abrindo mão do mérito. Nós estamos abrindo mão da proficiência. Nós estamos abrindo mão da produtividade. Nós precisamos melhorar o nosso sistema educacional", comentou.

O senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR) também criticou o projeto, argumentando que as cotas raciais deveriam se limitar às universidades e que devem ser provisórias.

O Debate do Maranhão

BARREIRINHAS - Justiça atende pedido do MPMA e suspende extração de areia no bairro Amapá

Em atendimento a pedido do Ministério Público do Maranhão, a Justiça concedeu liminar, na segunda-feira, 22, para suspender a atividade de extração de areia promovida pelo empresário Wilson Carlos Everton Silva, conhecido por Wilson Via Box, em terreno situado na Rua Raimundo Diniz Correia, no bairro Amapá, em Barreirinhas.

A medida judicial deve vigorar até a decisão final da Ação Civil Pública, ajuizada no dia 12 abril, ou até que sejam obtidas as licenças ambientais e os estudos de impacto ambiental, conforme preveem a Lei Federal nº 6.938/81 e a Resolução CONAMA nº 237/97.

O empresário deverá ser cientificado e dar cumprimento imediato à decisão sob pena de pagamento de multa.

De acordo com o promotor de justiça Francisco de Assis Silva Filho, o Ministério Público, no dia 5 de abril, tomou conhecimento, por moradores do Bairro Amapá, de que Wilson Via Box vinha extraindo areia em grande escala da encosta do morro em que ficam edificadas suas casas. Na ocasião, a comunidade revelou preocupação com o risco de deslizamento de terras e, por consequência, desmoronamento de suas residências e possíveis ocorrências de outros eventos fatídicos.

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

Em seguida, a Promotoria de Justiça de Barreirinhas instaurou procedimento administrativo para averiguar o caso. Foram requisitadas informações junto às Secretarias Municipais de Meio Ambiente (Semma), Obras, Serviços Públicos e Urbanismo (Semosp) e Segurança Cidadã (Defesa Civil) e à 4ª Companhia Independente de Bombeiros Militar, a respeito das providências sobre o caso.

O membro do Ministério Público indagou dos órgãos públicos se havia sido emitida alguma licença ambiental para o empresário realizar a extração de areia no local.

A Semma, em sua resposta, declarou que não expediu nenhuma licença ou autorização ambiental ao requerido, bem como não existe até o momento nenhum requerimento em nome do empresário para fins de extração de areia.

Já o requerido em sua defesa preliminar informou que pretende construir na área e que era preciso tirar areia do local. No entanto, ele não comprovou a licença ambiental junto aos órgãos competentes para tal fim.

O promotor de justiça Francisco de Assis Silva Filho afirmou que a atividade de extração de areia é absolutamente irregular, segundo a legislação ambiental. "Ela não foi precedida da necessária licença ambiental, expedida pelo órgão competente, mesmo sabendo-se que a extração de areia é uma atividade modificadora do meio ambiente, o que necessitaria para concessão de tal licença a aprovação de EIA/RIMA (Estudo de Impacto Ambiental/Relatório do Impacto Ambiental)", acrescentou.

Redação: CCOM-MPMA

Secretário de Saúde visita Central Estadual de Regulação de Leitos

Secretário Tiago Fernandes visitou a Central Estadual de Regulação de Leitos e a Central Estadual de Transporte (Foto: Marcio Sampaio)

O secretário de Estado da Saúde, Tiago Fernandes, visitou, nesta terça-feira (23), a Central Estadual de Regulação de Leitos e a Central Estadual de Transporte, instaladas no Hospital Dr. Carlos Macieira (HCM), em São Luís.

"Foi uma visita muito importante em que pudemos observar de perto a rotina de funcionamento dos serviços e também onde é preciso melhorar. É com transparência e diálogo que vamos construir um SUS mais resolutivo, moderno e que salva vidas", disse o secretário de Estado da Saúde, Tiago Fernandes.

A coordenadora médica da Central Estadual de Regulação de Leitos, Cristiana Vasconcelos, destacou que o serviço viabiliza as medidas assistenciais mais adequadas às necessidades do paciente por meio dos complexos reguladores. "O nosso papel como médico regulador, como equipe de regulação, é alocar o melhor recurso disponível para o melhor perfil de paciente", explicou.

"Quando fazemos o transporte, fazemos para os leitos onde o paciente irá receber atendimento. Esse deslocamento pode ser feito tanto por ambulância básica, com estrutura de unidade de suporte avançado, ou por via aérea", enfatizou o coordenador da Central Estadual de Transportes, Daniel Nery.

O diretor clínico do Hospital Dr. Carlos Macieira, Fernando Amorim, acompanhou a visita do secretário Tiago Fernandes nas centrais. "Por sermos um hospital de alta complexidade, a central de regulação estadual nos encaminha aqueles pacientes que necessitam desse perfil. Neste ponto, também atuamos em conjunto com o Hospital de Cuidados Intensivos, o Hospital Aquiles Lisboa, o Hospital Dr. Raimundo Lima e o Hospital Geral da Vila Luizão, os quais ficam responsáveis por receber os pacientes das UPAs. Dessa forma, o funcionamento acontece de forma fluida, rápida e coesa", disse.

Também acompanharam a visitação a secretária adjunta de Assistência à Saúde da SES, Katia Trovão, e a superintendente Estadual de Regulação da SES, Thalita Pereira Veiga.

MPMA participa de audiência pública sobre acessibilidade

Na tarde desta segunda-feira, 22, Ministério Público do Maranhão, Tribunal de Justiça e Defensoria Pública se reuniram, no Fórum de São Luís, com representantes do Município de São Luís, Agência Estadual de Mobilidade Urbana (MOB), Assembleia Legislativa do Maranhão (Alema), Câmara de Vereadores, Estado do Maranhão e movimentos sociais. O objetivo foi discutir o cumprimento das sentenças de três processos, resultados de Ações Civis Públicas do MPMA, que trataram de demandas de acessibilidade na capital maranhense.

Foi debatida a implantação de acessibilidade no entorno e interior dos prédios da Assembleia Legislativa; nas calçadas e logradouros de toda a São Luís; no sistema de transporte da capital, incluindo terminais, veículos e paradas de ônibus.

Do MPMA, esteve presente o titular da 1ª Promotoria de Justiça de Defesa da Pessoa com Deficiência, Ronald Pereira dos Santos, autor das Ações que motivaram a audiência.

Também compuseram a mesa o juiz Francisco Soares Reis Júnior, que coordenou a reunião; o defensor público estadual Vinícius Goulart; a diretora de mobilidade inclusiva e aeroviária da MOB, Isabelle Passinho; a procuradora do Município de São Luís, Sahamia Ferreira; a procuradora da Câmara Municipal, Jéssica Araújo; o assessor da Assembleia Legislativa, Bruno Maciel; o procurador do Estado Antônio Carlos da Rocha Junior.

DELIBERAÇÕES

Após a exposição das questões pelo juiz e pelo promotor de justiça, foi feita a defesa dos representantes dos órgãos demandados nos processos e, em seguida, foi aberto o debate com representantes da sociedade civil, incluindo pessoas com deficiência.

Quanto ao processo de acessibilidade da Assembleia Legislativa, o procurador da Alema afirmou que os prédios estão acessíveis. Para atestar a informação, foi planejada uma vistoria a ser feita em até 30 dias. A inspeção conjunta vai envolver Ministério Público do Maranhão, Clube de Engenharia e membros do corpo técnico da Assembleia.

Sobre o processo de acessibilidade nas ruas de São Luís, foi destacado o descumprimento do que foi acordado pelo Município de São Luís nos autos do processo. O acordo previa a execução das adaptações no prazo de dez anos,

A procuradora do Município Sahamia Ferreira informou que os serviços foram fracionados por bairros e que as últimas informações compiladas sobre as obras executadas datam de 2021. Na audiência, foi informado que dados das intervenções feitas nos anos de 2022 e 2023 devem ser anexadas ao processo pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação.

Para acompanhar o procedimento, o promotor Ronald Pereira dos Santos indicou a criação de um corpo técnico especializado para a análise dos projetos de acessibilidade elaborados pela administração municipal.

Quanto ao processo de acessibilidade no transporte público, representantes da sociedade civil reclamaram da acessibilidade nas ruas e do número insuficiente de ônibus com acessibilidade.

O assessor da Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT), Yukio Miranda, relatou que os 708 ônibus em circulação estão adaptados com elevador mecânico, mas que apresentam falhas no decorrer do tempo. Afirmou, ainda, que recentemente houve uma reforma no Terminal da Praia Grande.

Foi concedido prazo para a inserção nos autos das informações relatadas, porque representantes da sociedade civil, principalmente pessoas com deficiência, contestaram a acessibilidade dos ônibus, terminais e entornos.

Redação: CCOM-MPMA

Gestores municipais maranhenses são apresentados a edição 2024 do Programa Trabalho Jovem

Gestores municipais e empresários compareceram ao encontro (Foto: Fernando dos Anjos)

O Governo do Maranhão, por meio da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio (Seinc) e Secretaria de Estado Extraordinária da Juventude (Seejuv), realizou nesta terça-feira (23) um encontro com gestores municipais para apresentação do Programa Trabalho Jovem em 2024. Prefeitos, secretários municipais, coordenadores de juventude dos municípios, agentes de integração e empresários participaram do encontro, no auditório do Palácio Henrique de La Rocque em São Luís.

Na ocasião, todo o processo de execução do programa foi explicado ao público. O intuito do evento foi informar os gestores para que eles mobilizem e estimulem os jovens das suas cidades a se inscreverem no programa, e os empresários para que vinculem suas empresas à ação. Assim, o Governo do Estado espera alcançar a meta, que é ampliar o número de cidades contempladas com vagas de estágio e, futuramente, ter as 217 cidades maranhenses participando do programa.

O secretário de Indústria e Comércio, Júnior Marreca, comentou o sucesso do programa no ano passado e a participação dos gestores municipais na difusão das informações. "Esse sucesso se deu por conta da parceria com os gestores municipais. Por isso reunimos estes gestores novamente neste ano, para que esse sucesso se repita com mais intensidade, tendo em vista que o governador Carlos Brandão deu o aval para o aumento na quantidade de vagas", reforçou o secretário.

Prefeito de Urbano Santos, Clemilton Barros, explica como pretende difundir as informações sobre o Programa Trabalho Jovem entre os empresários e os jovens da sua cidade. "Nós estamos mobilizados com a Secretaria de Juventude, Sala do Empreendedor, Sala do Trabalho, para que a gente possa fazer uma grande mobilização, chamar as empresas e os jovens para abraçar esse projeto", relata o gestor, que agradeceu à Seinc e o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) que, segundo ele, abriu as portas do projeto para a gestão municipal de Urbano Santos.

A advogada e empresária Fabiana de Melo Rodrigues contrata estagiários do Programa Trabalho Jovem desde a primeira edição. Ela comenta a troca de experiências entre profissionais e estagiários. "Alguns estão até hoje no escritório. Tem sido incrível compartilhar experiência com estes jovens, que tem uma mentalidade completamente aberta ao aprendizado", diz ela.

Estão previstas 3 mil vagas de estágio e emprego para o programa em 2024. Destas, mil vagas são de estágio em órgãos públicos estaduais e 2 mil são de emprego em empresas privadas, no regime CLT.

Programa

Criado por meio da Lei nº 11.384/2020 e regulamentado pelo Decreto Estadual nº 36.486/2021, o Programa Trabalho Jovem é uma iniciativa voltada para a geração direta de oportunidades a jovens maranhenses. O programa também estimula a inserção no mercado de trabalho, e teve a sua continuidade garantida pela Lei nº 11.867/2022, gerando mais oportunidades aos jovens maranhenses.

Em adesão à visão municipalista do Governo do Maranhão, em 2023, o programa teve a sua maior cobertura, alcançando o número de 58 municípios contemplados com estagiários advindos do Trabalho Jovem. Foram 2.500 jovens que abraçaram a oportunidade de ingressar no mercado de trabalho por meio do programa. Eles receberam mensalmente uma bolsa no valor de R$ 600,00.

Após o encerramento do estágio, 91 jovens permaneceram como estagiários em empresas credenciadas no Trabalho Jovem, e 31 foram contratados conforme a Consolidação das Leis Trabalhistas.

Governo do Maranhão inaugura Centro de Ensino de Educação Especial para crianças e adolescentes com autismo

Para garantir a educação adequada para crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), o Governo do Maranhão inaugurou nesta quarta-feira (24) o Centro de Ensino de Educação Especial Padre João Mohana. Localizado no bairro Vinhais, em São Luís, o local teve sua estrutura totalmente reformada e requalificada, incluindo a quadra de esportes.

O Centro de Ensino de Educação Especial Padre João Mohana atende crianças e adolescentes com TEA e outras síndromes e transtornos com deficiência intelectual associada. Foram investidos R$ 4.037.125,80 na requalificação total do espaço. As obras foram iniciadas em novembro do ano passado pela Secretaria de Estado de Infraestrutura (Sinfra). Durante a inauguração o governador Carlos Brandão assistiu a uma apresentação lúdica feita pelos alunos do centro. Em seguida, vistoriou as novas instalações e acompanhou o atendimento às crianças e adolescentes.

O governador Carlos Brandão afirmou que o Centro de Ensino de Educação Especial Padre João Mohana é mais um importante equipamento do Governo do Maranhão para garantir a inclusão de crianças e adolescentes com TEA e outras síndromes.

"Nosso governo tem feito um esforço muito grande para cuidar bem das crianças com TEA. Com essa reforma os pais, os alunos e os profissionais têm um ambiente de primeira qualidade para que sejam realizados todos os atendimentos. Não tenho dúvida que as crianças e adolescentes que passarem por aqui vão conseguir se desenvolver e suas famílias também vão ficar mais tranquilas, sabendo que seus filhos estão sendo bem assistidos", assinalou o governador Carlos Brandão.

O vice-governador e secretário de Estado da Educação, Felipe Camarão, destacou que o trabalho realizado no centro é de cuidado com as crianças e suas famílias. "Aqui é um centro de educação especial, portanto, de educação inclusiva, onde nós acolhemos as crianças. Aqui temos profissionais altamente habilitados que prestam assistência não apenas a essas crianças, mas também as suas famílias. E, com isso, essas crianças se desenvolvem no processo de aprendizagem, depois conseguem se inserir no mercado de trabalho", declarou.

Luciana Santos, gestora geral da unidade, disse que a reforma representa a garantia de espaços dignos para os estudantes que precisam ter suas competências e habilidades trabalhadas para o seu desenvolvimento cognitivo, motor, pessoal e social. "Nós fazemos atendimento para autistas e deficientes intelectuais dos 3 aos 17 anos. As famílias também são acolhidas no centro, porque, diferente das escolas regulares, os nossos pais e mães permanecem no aqui durante o atendimento. Qualquer situação fora do contexto, fora da rotina, nós temos os pais conosco e eles são parte da nossa comunidade", explicou.

TJMA define lista tríplice do Ministério Público para desembargador(a)

Maria Luiza Martins, Graça Amorim e Pablo Bogéa foram os três nomes mais votados da relação que será encaminhada ao governador do Estado.

O Tribunal de Justiça do Maranhão definiu, nesta quarta-feira (24/4), a lista tríplice para preenchimento da vaga do Quinto Constitucional destinada ao Ministério Público estadual, para o cargo de desembargador(a) do TJMA. A procuradora de justiça Maria Luiza Martins, em primeiro lugar, com 22 votos; a promotora de justiça Graça Amorim, em segundo, com 21; e o promotor de justiça Pablo Bogéa, em terceiro, com 20, foram os três nomes mais votados na sessão plenária e que agora serão encaminhados para escolha do governador do Estado. A sessão foi conduzida pelo presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten.

Foto de Ribamar Pinheiro

Também foram candidatos(as) o procurador de justiça Marco Antônio Guerreiro, quarto colocado, com 16 votos; a procuradora de justiça Mariléa Costa, quinta, com 13; e o promotor de justiça Ednarg Marques, sexto, com dois votos.

O presidente do TJMA destacou a dedicação de todos(as) os(as) seis candidatos(as) ao Ministério Público. "Têm todo o nosso apreço, todo o nosso respeito e admiração. Eu desejo, portanto, boa sorte a todos e que, aquele que for escolhido na lista tríplice, venha para cá somar com a sua experiência, a sua visão do direito, acrescentando, com tudo isso, às atividades de entrega da prestação jurisdicional do Tribunal de Justiça do Maranhão", desejou Paulo Velten, ao anunciar a votação.

"Eu fiquei muito feliz, para mim é uma satisfação muito grande compor a lista tríplice para a vaga destinada ao Ministério Público pelo Quinto Constitucional. Então, muito me honra. Isso é um reconhecimento do trabalho de 34 anos de serviço prestado à sociedade maranhense e agora vamos aguardar o terceiro turno", destacou Maria Luiza Martins.

"Foi uma eleição maravilhosa, límpida, muito bem conduzida pelo doutor Paulo Velten, enfim, foi perfeita, foi uma eleição perfeita", avaliou Graça Amorim.

"Nós somos seis candidatos, todos com todos os predicados para concorrer, para poder ocupar essa vaga destinada ao Ministério Público, portanto, acho que sai vitorioso o Tribunal ao apreciar esses seis nomes, me sinto honrado em ter recebido os votos que recebi e acredito que qualquer um de nós três que seja escolhido, o Ministério Público estará bem representado", concluiu Pablo Bogéa.

Os nomes dos seis candidatos e candidatas que disputaram as três vagas na lista tríplice foram encaminhados ao TJMA por meio de ofício do procurador-geral de Justiça, Eduardo Nicolau.

A lista já havia sido aprovada pelo Conselho Superior do MPMA, em sessão extraordinária realizada em 25 de março de 2024.

A vaga de desembargador(a) foi aberta em decorrência de decisão do Órgão Especial do Tribunal, em sessão ordinária realizada em 6 de dezembro de 2023, criada pela Lei Complementar nº 242/2022 e regulamentada pela Resolução-GP 8/2023.

VOTAÇÃO

O Regimento Interno do TJMA determina que os(as) desembargadores(as) escolhem os nomes para compor a lista tríplice, mediante votação secreta, observado o quórum mínimo de, pelo menos, dois terços dos membros votantes, número alcançado, já que 32 desembargadores e desembargadoras depositaram seus votos na urna, com a possibilidade de escolha de três nomes, cada.

Ainda de acordo com o Regimento Interno, haveria necessidade de nova votação, caso algum dos três primeiros nomes mais votados não obtivesse a maioria absoluta dos votos, o que também não ocorreu porque as eleitas e o eleito para a listra tríplice tiveram mais do que 17 votos.

Economia 7

Governo do Maranhão oportuniza novos negócios para micro e pequenas empresas maranhenses

As micro e pequenas empresas já correspondem por 30% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e, somente em 2023, abriram mais de 1,1 milhão de postos de trabalho em todo o país, de acordo com levantamentos do Sebrae. Ciente da força econômica que os pequenos negócios representam, o Governo do Maranhão vem realizando uma série de ações para promover parcerias estratégicas com empreendimentos de grande porte, fortalecendo cadeias produtivas.

Uma dessas ações aconteceu nesta terça-feira (23), através de parceria entre a Secretaria de Estado de Indústria e Comércio (Seinc), a Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (Fapema), a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Maranhão (Fecomércio), a Associação Maranhense de Distribuidores e Atacadistas (Amda) e Associação Maranhense de Supermercados (Amasp), que promoveram o Encontro de Negócios do Setor Alimentício, reunindo cerca de 20 empresas e grandes redes de supermercados, atacados e distribuidores.

"São grandes compradores e também fornecedores que reunimos aqui para fazer esse intercâmbio com empresas maranhenses. É mais uma rodada de negócios apoiada pelo Governo do Estado, já tendo sido realizadas mais três outras este ano, voltadas para outros setores da economia e que, certamente, vão movimentar um volume alto de investimentos", explicou Júnior Marreca, titular da Seinc.

O presidente da Fapema, Nordman Wall, destacou o compromisso para o fortalecimento dos negócios locais. "Eventos como esse, que reúnem diversos parceiros, demonstra a preocupação do Governo e da Fecomércio em estimular novos empreendimentos, proporcionando oportunidades para empresas fecharem negócios e aumentarem seus faturamentos, o que se traduzirá na geração de mais empregos", enfatizou Wall.

Lais Ruas é empreendedora do ramo de geleias artesanais e comentou a oportunidade da Saluma participar do encontro de negócios. "Ficamos muito felizes pelo convite para participar desse evento, porque vai nos abrir portas para ter contato com supermercados, distribuidores, que podem levar nossos produtos para todo o estado e quem sabe até para o Brasil".

A Grão Vegetal, primeira empresa maranhense de proteínas vegetais, aposta na rodada para conquistar um espaço nas prateleiras dos mercados maranhenses.

Rotas de Integração Nacional: Uma década de histórias de transformação

Cleusa Gonçalves da Silva casou-se aos 29 anos em sua cidade natal, Taiobeiras, Minas Gerais. Muito tímida e sem qualquer tipo de formação, resolveu apostar na carreira de costureira, mesma ocupação de sua mãe. Atualmente, aos 48 anos, tornou-se proprietária da marca de lingerie Luiza Gabriele, graças à sua força de vontade, com o apoio do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), por meio do Programa Rotas de Integração Nacional, que completa dez anos nesta quarta-feira (24).

"Comecei a fabricar lingerie com a minha prima, trabalhei um tempo com ela, mas aí veio minha filha e já não estava mais conseguindo ser mãe e atuar na fábrica dela. Aí decidi montar minha própria marca", explica Cleusa.

A empresária é uma das 95 mulheres da AMIP – Associação Moda Íntima e Praia de Taiobeiras, que fazem parte do Polo de Modas de Taiobeiras e Região, composto pela Rota da Moda.

"Fomos para um espaço onde conseguíamos morar nos fundos e trabalhar na frente. Aí eu já conseguia ser mãe e também a empresária que queria ser. O negócio foi crescendo, e hoje, já temos 15 meninas trabalhando na fábrica, com oito facções, onde elas fabricam e entregam para nós só etiquetarmos e despacharmos", afirma Cleusa Gonçalves. Cerca de 400 empregos diretos são gerados pelas pequenas fábricas da região.

Estímulo à cooperação

Criado em 2014, o Programa Rotas de Integração Nacional estimula a criação de redes de cooperação entre órgãos federais, estaduais e municipais, investidores e pequenos produtores de uma determinada atividade produtiva, denominados polos que juntos formam uma Rota.

Por meio das Rotas de Integração Nacional, o MIDR investiu, em 2023, cerca de R 30 milhões em 68 ações de certificação, assistência técnica, aquisição de insumos e equipamentos, e implantação de agroindústrias, entre outros, beneficiando cerca de 64 mil famílias produtoras de todas as atividades que fazem parte da iniciativa.

Atualmente, a Pasta trabalha com 13 Rotas: do Açaí; da Avicultura Caipira; da Biodiversidade; do Cacau; do Cordeiro; da Economia Circular; da Fruticultura; do Leite; da Mandioca; do Mel; Rota da Moda; do Pescado; e da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

O enfoque do programa é identificar as necessidades de cada polo trabalhado no local específico. Com isso, o Ministério trabalha com os parceiros públicos e privados no suporte à produção, ofertas de crédito, infraestrutura e inovação, formação e capacitação profissional para os pequenos produtores e comercialização dos produtos.

Por meio desse apoio do MIDR, desde o início de 2021, a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF), vinculada à Pasta, investiu mais de R 500 mil reais na realização da FERARP Moda, coordenada pelo Polo de Taiobeiras e Região. A feira acontece no município e chega ao seu quarto ano consecutivo. "A CODEVASF é parceira do projeto ajudando no fomento da cadeia produtiva da confecção. Neste período ajudou a criar a FERARP MODA, além de promover capacitações, como Audaces, Designer de Moda e mecânico de máquinas, doação de equipamentos e máquinas para a Escola da Moda e a realização de missões técnicas", diz o Secretário de Desenvolvimento Econômico de Taiobeiras, Kênnedy Corrêa.

Em agosto de 2023, a iniciativa foi atualizada com a proposta de dar foco na produção sustentável, inovação e na inserção de mulheres e jovens nos processos de produção. Além disso, o incentivo à criação de startups e a busca por parcerias com universidades e institutos de ensino e pesquisa, de forma a encontrar soluções mais eficientes para as necessidades de cada arranjo produtivo local.

Outro bom exemplo ocorre com a Rota do Mel. Desde 2019, o MIDR investiu R 13,7 milhões. No Ceará, foram investidos R 380 mil para a estruturação de unidades de extração de produtos derivados da apicultura em 20 municípios. Os recursos contemplaram a compra de equipamentos como desoperculadoras elétricas e mesas desoperculadoras, que servem para remover os opérculos que cobrem os alvéolos dos favos de mel maduros, além de centrífugas manuais e decantadores, entre outros.

Estratégia de folha de pagamento na prática

*Por Jeff Phipps

Se os funcionários são o coração pulsante de uma organização, então a folha de pagamento é, de muitas maneiras, o sangue que a percorre. Quando feita corretamente, a folha de pagamento tem o potencial de ser estratégica. Ela pode possibilitar uma força de trabalho ágil, flexível e comprometida, ao mesmo tempo que facilita o crescimento global. No entanto, se feita de maneira incorreta, o oposto pode acontecer. Os funcionários ficarão desmotivados rapidamente e começarão a procurar meios alternativos de emprego.

Com os funcionários sendo o maior ativo intelectual em qualquer organização, os líderes de negócios estão levando a folha de pagamento muito mais a sério do que nunca. E com razão. Ao pensar na folha de pagamento como um ativo estratégico, as empresas podem construir uma infraestrutura com a agilidade e a escalabilidade necessárias para crescer pelo menos nos próximos 20 anos. Mas o que as empresas devem priorizar ao implementar uma estratégia de folha de pagamento?

Garanta que a folha de pagamento esteja no centro de qualquer transformação de HCM

O erro mais comum que vejo é uma empresa deixar a folha de pagamento para o final ou tratá-la separadamente de sua transformação mais ampla de gestão do capital humano (HCM, sigla em inglês). Isso pode levá-la a criar inadvertidamente um fluxo de dados excessivamente complexo, que pode ser um desafio demorado e caro de corrigir. Para garantir que isso não aconteça, é importante que as organizações não deixem a folha de pagamento como uma reflexão tardia em sua transformação de HCM, mas a coloquem em destaque.

Entenda os quatro ingredientes para uma folha de pagamento bem-sucedida

Se há algo que aprendi sobre folha de pagamento, é compreender seus quatro ingredientes fundamentais: dados, pessoas, processos e tecnologia. As organizações podem ficar entusiasmadas com a mais recente tecnologia de folha de pagamento no mercado, mas não dar a devida atenção à qualidade e disponibilidade de seus dados, ou seja, podem ter os processos certos para garantir precisão, mas não possuir a expertise interna para integrá-los todos. Como em qualquer prato excelente, é crucial que todos os ingredientes funcionem juntos em equilíbrio.

Pense a longo prazo

Ainda não conheci uma organização que queira mudar sua solução de folha de pagamento, mas conheço muitas que precisam fazer isso. Quando esse é o caso, é importante não se apressar.

Ao escolher uma solução de folha de pagamento, é fundamental que a organização considere suas necessidades a longo prazo e questione a durabilidade de sua escolha. Sim, as soluções devem ser avaliadas com base em seu desempenho atual. No entanto, reserve um tempo para considerar a direção que a solução e o fornecedor que a produz estão tomando. Você consegue identificar um histórico de investimento e uma rota que esteja alinhada com suas necessidades futuras?

Entenda onde estão o valor e os custos

Infelizmente, com muita frequência as organizações dão peso indevido a recursos que terão pouco impacto. É importante não perder de vista o fato de que a prioridade da folha de pagamento é garantir que os funcionários sejam pagos com precisão e pontualidade, ao mesmo tempo que preservam a conformidade e a segurança. Caso qualquer um desses elementos falhar, o impacto rapidamente diminuirá o valor de qualquer outro recurso.

A folha de pagamento é como uma utilidade dentro do negócio que os funcionários simplesmente esperam que funcione. Pode ser complicado fazer a folha de pagamento acontecer. Pode ser difícil garantir que todos os dados permaneçam seguros e a empresa permaneça em conformidade com regulamentações cada vez mais rigorosas. No entanto, após sete anos, ainda estou esperando um telefonema de agradecimento por pagar corretamente todas as pessoas.

Garantindo uma única versão da verdade

Uma plataforma de folha de pagamento escalável e unificada pode otimizar os processos de folha de pagamento em toda a presença internacional de uma organização e consolidar todos os dados em uma única visão consolidada. Isso é fundamental, pois pode reduzir os custos e erros gerais, melhorando a conformidade e a experiência do funcionário.

Em vez de depender de uma abordagem fragmentada em toda a empresa, as organizações devem sempre buscar a consolidação. Ao garantir uma única versão da verdade, elas serão capazes de tomar decisões mais informadas, aumentar a segurança, obter flexibilidade extra para integrar mercados futuros, aprimorar a experiência do funcionário e reagir mais rapidamente às mudanças nas tendências do setor e eventos de mercado.

Não corra antes de poder andar

As organizações precisam garantir que sua folha de pagamento acompanhe o ritmo implacável das mudanças nos negócios modernos. Quanto mais tempo permanecerem paradas ou unirem soluções existentes de maneira improvisada, maior será o risco. Para impulsionar a inovação, a eficiência e o crescimento em toda a empresa, as organizações devem desenvolver um modelo de folha de pagamento unificado, global, seguro e resiliente.

Embora muitas empresas compreendam isso agora, com muita frequência elas não sabem como implementar uma estratégia de folha de pagamento moderna. Mais do que qualquer coisa, meu conselho é não correr antes de poder andar. A folha de pagamento não pode evoluir de simplesmente cobrir o básico, ou seja, pagar os funcionários, para o nível de impulsionar a estratégia se os colaboradores não puderem contar com a recepção de contracheques precisos, ou se os gerentes não puderem acessar os dados e relatórios de que precisam de maneira rápida e fácil.

*Jeff Phipps é vice-presidente sênior do GlobalView ADP

Últimas

Comissão aprova serviço gratuito de transporte porta a porta para pessoas com grave dificuldade de locomoção

A Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que obriga municípios com mais de 20 mil habitantes a incluir entre as diretrizes do Plano de Mobilidade Urbana a previsão de transporte porta a porta gratuito para pessoas com severa dificuldade de locomoção.

O texto altera a Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU).

O relator, deputado Duarte Jr. (PSB-MA) defendeu a aprovação do Projeto de Lei 4968/23, do deputado Eriberto Medeiros (PSB-PE). Segundo Duarte Jr., apesar da oferta gratuita de transporte público para pessoas com deficiência, uma parcela desse público não consegue utilizar o serviço por conta do grau de comprometimento da mobilidade.

“Nessa situação, as pessoas com dificuldade de mobilidade ficam trancadas dentro das suas próprias casas, impedidas de acessar serviços como educação, saúde e lazer e de desfrutar de uma vida plena como a maioria dos cidadãos”, observou o relator.

Inspiração

Segundo o autor, o projeto tem como inspiração o “Programa Pernambuco Conduz” – serviço de atendimento especial gratuito do tipo porta a porta, instituído por lei estadual e prestado pelo governo de Pernambuco.

O programa beneficia pessoas com alto grau de deficiência que não têm condições de se locomover com autonomia nos meios de transportes coletivos.

Próximos Passos

A proposta será ainda analisada, em caráter conclusivo, pelas comissões de Desenvolvimento Urbano; e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ). Fonte: Agência Câmara de Notícias.

SESI Maranhão marca presença significativa no maior campeonato de robótica do mundo

O Serviço Social da Indústria do Maranhão (SESI-MA) reforçou, mais uma vez, o seu expressivo trabalho na robótica educacional de competição ao ocupar o 37º lugar no World FIRST® Championship Houston, que reuniu mais de 200 equipes de todo o mundo na cidade americana de Houston, no período de 17 a 20 de abril.

A equipe Everest, a primeira maranhense na competição e única representante do Nordeste, participou da categoria First Tech Challenge (FTC), juntamente com as equipes mineiras Amigos Droids e Tech Zeus. Para o presidente da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (FIEMA) e diretor regional do SESI-MA, Edilson Baldez das Neves, toda equipe está de parabéns pelo trabalho e dedicação. “Participar de uma competição desse nível já é uma conquista muito significativa. O mais importante não é ser o primeiro, mas participar da competição! Vocês já são vitoriosos”, destacou Baldez.

“Há apenas quatro anos o SESI Maranhão retomou a robótica de competição e já temos expressivos e significativos resultados seja em torneios regionais, nacionais e, agora, pela primeira vez, no internacional. Só o fato de ter contato com outros alunos de todo o mundo e ver outras programações de robô e a própria estrutura da FIRST é algo que impacta de forma muito positiva nos alunos e em nós educadores, por acreditar nesse projeto que transforma concretamente a vida de milhares de alunos em todo o mundo”, sinalizou o superintendente do SESI-MA e incentivador da robótica e líder da comitiva a Houston, Diogo Lima.

Para o técnico da equipe, Eugênio Hoffmann, o mundial foi uma grande conquista e uma vitrine do que há de mais atual em programação e intercâmbio com outras equipes. “Tivemos um desempenho bom. Das dez partidas, ganhamos 4. Como o jogo se trata de uma aliança, o resultado não dependia apenas do nosso robô e sim da dupla formada por cada aliança. Tivemos alguns problemas com a automação do robô e pouco tempo para resolver essas questões, já que as partidas de dois minutos e meio aconteciam em intervalos de meia em meia hora.

Margareth Menezes: “A ideia é a gente colocar, cada vez mais, a cultura como ferramenta real de transformação”

Em entrevista a radialistas, titular da cultura aborda iniciativas para reconstruir o setor e celebra a retomada do fomento, a descentralização de investimentos para estados e municípios e as oportunidades com o G20.

A ministra da Cultura, Margareth Menezes, foi a entrevistada desta quarta-feira (24/4) no “Bom Dia, Ministra”. No bate-papo de uma hora com radialistas de várias regiões do país, ela detalhou uma série de avanços na reconstrução do setor cultural. Um dos destaques apontados foi o sucesso na aplicação da Lei Aldir Blanc, que conta com adesão de 100% dos estados e 97% dos municípios. Serão destinados pela lei, até 2027, R$ 15 bilhões em ações e projetos culturais em todo o país.

“É uma grande conquista você ter a certeza de que, durante cinco anos, teremos fomento direto do Governo Federal para cidades e estados, para o setor cultural, para elaborar projetos, fazer festivais e construir equipamentos. As pessoas vão entender a força da cultura porque, na hora que você injeta um fomento dessa magnitude, tem resposta. Estamos fazendo girar a economia criativa de cada cidade, de cada estado, de maneira mais perene”, afirmou a ministra.

Na entrevista, ela falou também sobre reuniões previstas com

A ministra Margareth Menezes: “A nossa cultura traz retorno real. São 3,11% do Produto Interno Bruto gerado pelo setor”. Foto: Rafa Neddermeyer/ Agência Brasil

países que participam do G20 em Brasília, Salvador e Porto Alegre.

A ministra explicou que o foco é discutir o potencial de impacto da economia criativa na geração de empregos diretos e indiretos, na redução de desigualdades e para mudar realidades. “A ideia é a gente colocar, cada vez mais, a cultura como ferramenta real de transformação.”

Margareth lembrou que o setor cultural responde por 3,11% do Produto Interno Bruto brasileiro, o que o torna um ativo estratégico.

“A gente precisa entender que isso é positivo para nós. Todo país que investe em sua cultura tem um retorno positivo”.

Participaram do programa: Rádio MEC (Rio de Janeiro - RJ), Rádio Belém FM (Belém - PA), Rádio Verdinha (Fortaleza - CE), Rádio Capital (São Paulo - SP), Rádio Educadora FM (Salvador - BA) e Rádio Cultura (Lavras - MG).

Confira abaixo algumas das respostas da ministra

LEI ALDIR BLANC – É uma vitória muito grande, porque é uma lei que vai garantir até 2027, R$ 3 bilhões por ano, R$ 15 bilhões ao todo, de investimento direto, transmissão direta do Ministério da Cultura para 100% dos estados e 97% das cidades do Brasil. Durante cinco anos teremos essa irrigação. Isso nunca aconteceu no Brasil, de você ter a certeza de que, durante cinco anos, teremos fomento direto para o setor, para projetos, festivais, construir equipamentos. É um momento em que estamos com uma perspectiva muito positiva com relação a uma transformação real no fomento cultural. Acho que as pessoas vão entender a força da cultura, porque, na hora que você injeta um fomento dessa magnitude, tem resposta, porque estamos fazendo girar a economia criativa de uma maneira mais perene.

G20 – O G20 é um momento especial, o Brasil está presidindo o G20 durante todo este ano e tem vários encontros, são quase 200 reuniões em várias áreas. E, na cultura, teremos três: um em Brasília, um em Porto Alegre e outro em Salvador.

Rotas de Integração Nacional: Uma década de histórias de transformação

Cleusa Gonçalves da Silva casou-se aos 29 anos em sua cidade natal, Taiobeiras, Minas Gerais. Muito tímida e sem qualquer tipo de formação, resolveu apostar na carreira de costureira, mesma ocupação de sua mãe. Atualmente, aos 48 anos, tornou-se proprietária da marca de lingerie Luiza Gabriele, graças à sua força de vontade, com o apoio do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), por meio do Programa Rotas de Integração Nacional, que completa dez anos nesta quarta-feira (24).

“Comecei a fabricar lingerie com a minha prima, trabalhei um tempo com ela, mas aí veio minha filha e já não estava mais conseguindo ser mãe e atuar na fábrica dela. Aí decidi montar minha própria marca”, explica Cleusa.

A empresária é uma das 95 mulheres da AMIP – Associação Moda Íntima e Praia de Taiobeiras, que fazem parte do Polo de Modas de Taiobeiras e Região, composto pela Rota da Moda. “Fomos para um espaço onde conseguíamos morar nos fundos e trabalhar na frente. Aí eu já conseguia ser mãe e também a empresária que queria ser. O negócio foi crescendo, e hoje, já temos 15 meninas trabalhando na fábrica, com oito facções, onde elas fabricam e entregam para nós só etiquetarmos e despacharmos”, afirma Cleusa Gonçalves. Cerca de 400 empregos diretos são gerados pelas pequenas fábricas da região.

Estímulo à cooperação

Criado em 2014, o Programa Rotas de Integração Nacional estimula a criação de redes de cooperação entre órgãos federais, estaduais e municipais, investidores e pequenos produtores de uma determinada atividade produtiva, denominados polos que juntos formam uma Rota.

Por meio das Rotas de Integração Nacional, o MIDR investiu, em 2023, cerca de R 30 milhões em 68 ações de certificação, assistência técnica, aquisição de insumos e equipamentos, e implantação de agroindústrias, entre outros, beneficiando cerca de 64 mil famílias produtoras de todas as atividades que fazem parte da iniciativa.

Atualmente, a Pasta trabalha com 13 Rotas: do Açaí; da Avicultura Caipira; da Biodiversidade; do Cacau; do Cordeiro; da Economia Circular; da Fruticultura; do Leite; da Mandioca; do Mel; Rota da Moda; do Pescado; e da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

O enfoque do programa é identificar as necessidades de cada polo trabalhado no local específico.